



**PORTARIA COREN-PI N.º 344, DE 22 DE MAIO DE 2023**

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí – Coren-PI, no uso de suas competências legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno aprovado pela Decisão Cofen nº 001/2019 de 23 de janeiro de 2019, com alterações aprovadas pelas Decisões Coren-PI nº 066/2020 e 026/2021 e homologadas pelas Decisões Cofen nº 031/2021 e 029/2021, respectivamente, e;

**CONSIDERANDO** que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração.

**CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

**CONSIDERANDO** o Memorando Divisão de Licitações e Contratos – Gestão de Contratos N° 181/2023;

**CONSIDERANDO** a Autorização de Empenho nº 54/2023;

**CONSIDERANDO** o Contrato nº LJ15/2023;

**CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

**I-** Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao Coren-PI;

**II-** Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

**III-** Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

**IV-** Indicar eventuais glosas das faturas;

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo discriminados, para exercerem a fiscalização do contrato nº LJ15/2023 e Nota de Empenho nº 257, celebrado com a empresa IMOBILIÁRIA MOURA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.851.489./0001-45, para Locação de imóvel para instalar a Subseção do Coren-PI no município de Picos-PI.



- **SRA. ANA YARA DE SÁ BEZERRA ALVES**, matrícula nº 22, como Fiscal Efetiva.
- **SRA. DEUSELINA CARVALHO DE SOUSA**, matrícula nº 04, como Fiscal Suplente.

**Art. 2º** Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento dos bens e/ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º** Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 22 de maio de 2023.

**Dr. Antonio Francisco Luz Neto**  
Conselheiro Presidente  
Coren-PI nº 313.978-ENF